

Rush, Alan. **A teoria pós-moderna do Império (Hardt & Negri) e seus críticos.** *En publicacion: Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania.* Atilio A. Boron, 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1

Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Rush.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

ALAN RUSH*

A TEORIA PÓS-MODERNA DO IMPÉRIO (HARDT & NEGRI) E SEUS CRÍTICOS

MINHA EXPERIÊNCIA DA LEITURA do volumoso livro *Império* de Michael Hardt e Antonio Negri, (Hardt e Negri, doravante H&N, 2002b) foi –como, suponho, para muitos outros leitores– ambígua e contraditória. Uma obra brilhante e reveladora, fresca e bela, sedutora, porém, em mais de um momento, pesada, obscura, débil, delirante, irritante e até indignante.

Império é uma nova moda? H&N são dois novos meteóricos Fukuyamas destinados a serem esquecidos tão logo se apague o fulgor publicitário de sua aparição? Creio que não, que eles permanecerão algum tempo entre nós. Tanto seus defensores como seus críticos, salvo exceções, reconhecem que o espetacular êxito comercial das numerosas edições de *Império* radica, pelo menos em parte, numa autêntica necessidade de muitos de nós de compreender uma situação planetária que parece desafiar interpretações e práticas herdadas: econômicas, políticas, culturais.

H&N anunciaram que trabalham sobre um segundo volume de *Império*, referido aos problemas organizativos da luta contra o domí-

* Docente e pesquisador do Instituto Interdisciplinar de Estudos Latino-americanos (IIELA) e do Instituto de Epistemologia, Universidade Nacional de Tucumán (UNT), Argentina.

nio global. Esperemos que este “Império contra-ataca” ou “Retorno de Jedi” potencialize as virtudes do primeiro volume e supere muitas de suas notórias debilidades mediante uma real assimilação da literatura crítica que suscitou.

Neste trabalho somente examinarei alguns aspectos do complexo livro de H&N e das polêmicas que vem provocando. Começarei por algumas observações metodológicas e estilísticas introdutórias, e passarei em seguida a confrontar H&N com seus críticos em relação a dois temas centrais: império e imperialismo, e as conseqüências políticas práticas que cada bando tira de suas respectivas visões. Finalmente, farei uma breve referência à polêmica noção de “multidão”.

OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS E ESTILÍSTICAS

Qualquer obra tão extensa e polifacetada como a que tratamos possibilita abordagens muito diversas. Mas o estilo e a lógica particulares do livro de H&N obriga a um quase constante nomadismo do próprio leitor, translação que às vezes desorienta e exaspera. No começo do livro, H&N sobriamente reivindicam a interdisciplinaridade, e em tal sentido inscrevem seu enfoque na continuidade com o de *O Capital* de Marx (1973), e com *Mille plateaux* de Deleuze e Guattari (2000). Contudo, como sugerem H&N em uma entrevista, não há aqui moderna síntese interdisciplinar senão co-presença, implosão de fronteiras disciplinares, e hibridação pós-moderna. H&N injustificadamente rejeitam a dialética, ao congelá-la em sua forma moderna burguesa-hegeliana, autoritária e teleológica, e incapaz de desenvolvimento. Em conseqüência, propõem outro método e outra lógica, que segundo H&N, celebra o ecletismo (Hardt e Negri, 2002a).

A isso vincula-se o que poderíamos chamar, exagerando um pouco, de caráter caleidoscópico ou holográfico do texto de *Império*. Há de tudo no livro, muitas partes ou aspectos componentes, e muito diversos, de modo que agitando o caleidoscópio quase qualquer uma delas pode adquirir a seu turno a centralidade organizadora, resultando em configurações diferentes e até opostas. De modo que quase é possível encontrar em *Império* o que se deseje. Na prática, isto poderia implicar que entre a “multidão” de conversos surjam não meras diferenças teóricas e práticas, senão antagonismos excludentes. Um leitor que não agite muito o tubo do caleidoscópio poderia contentar-se com uma única interpretação escolhida, favorável ou desfavorável; mas na realidade isso não é tão fácil, porque o texto de H&N apresenta-se a nós sobretudo como uma holografia na qual as diferentes

perspectivas e figuras estão presentes simultaneamente. De modo que nos obriga a esse constante nomadismo de uma a outra, movimento algumas vezes tão sedutor e fecundo como irritante e estéril em outras. Obviamente, minha crítica parte do pressuposto de que ainda que nossa realidade global seja fluida, complexa e multiperspectivista, presumivelmente possui estruturas, e não é tão gelatinosa e facilmente modelável como H&N gostariam.

Ao colocar *O Capital* como um de seus modelos, H&N deram suporte à interpretação, assumida por alguns comentaristas, de que *Império* constitui a re-escritura para o século XXI dessa grande obra de Marx. Atilio Boron (2002) e vários outros críticos assinalaram com razão a relativamente pouca economia política, no sentido científico-social e empírico, contida em *Império*, e em que importante medida essa carência debilita toda a interpretação política e as propostas programáticas práticas. Por sua parte, Slavoj Žižek (2001) chamou *Império* de “o *Manifesto Comunista* do século XXI”. Um desatino: o *Manifesto* era um texto breve, popularmente compreensível, e de claras conseqüências práticas. *Império* não é nenhuma das três coisas.

Dispostos assim a tentar tornar análoga a natureza metodológica e estilística –não o conteúdo– do livro de H&N com a de alguma obra de Marx, creio que deveríamos pensar sobretudo nos *Grundrisse* ou nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844. Com efeito, *Império* é principalmente uma obra de *filosofia* econômica, social e política. Diante do convite para escolher entre duas alternativas –manifesto político e manifesto teórico– H&N, após assinalar a inseparabilidade de uma e outra dimensão de seu livro, reconhecem, entretanto, que “é certamente mais um manifesto teórico do que um manifesto político” (H&N, 2002a; Negri 2002b).

Boron e outros críticos não destacam, como creio que merece, esta original filosofia econômica –também social, política, etc.– de caráter programático, bastante especulativa e por certo discutível, que H&N avançam em *Império*. Assim, H&N assinalam como uma tarefa pendente a elaboração de uma nova teoria do valor, além de apresentar suas especulações sobre o “trabalho imaterial”, o “intelecto geral”, etc. Acrescentemos que H&N incorporam em sua filosofia econômica e política numerosos aportes do feminismo, que consideram de capital importância.

Porém, destacar a filosofia econômico-política de H&N não implica, obviamente, que criticar as carências científico-empíricas de *Império* seja injusto, porque, como já disse, são os próprios autores que convidam a comparar seu livro com *O Capital*, e pretendem dar explicações e des-

crições fáticas do império capitalista pós-moderno e extrair conclusões político-práticas, como se seu livro não fosse principalmente um esboço programático de filosofia econômica e política. Pareceria existir, então, certa assimilação reflexiva e/ou certa adaptação oportunista e *post-hoc*, “gelatinosa”, de H&N a críticas científico-empíricas recebidas.

IMPÉRIO OU IMPERIALISMO

Como é sabido, *Império* recebeu críticas muito duras (Petras, 2001; Boron, 2002; Bellamy Foster, 2001). Acredito que na sua essência essas críticas são justas, embora a atitude de forte rechaço lhes confira uma parcialidade interpretativa e, em alguns momentos, excessiva.

Os principais argumentos desses críticos refutam diretamente teses centrais de H&N. À guisa de exemplo, contra a tese do declínio dos estados nacionais, Boron opõe evidência empírica sólida e diferenciada: os estados centrais, hegemônicos, crescem mesmo apesar da propaganda neoliberal que certamente –como ocorre com a abertura comercial e outros mandamentos do centro– são antes de tudo para o acatamento por parte da periferia. Em compensação, os estados periféricos sim se debilitam ao submeter-se às transnacionais e a “seus” governos nacionais hegemônicos, com a ressalva de que se debilitam em suas funções democráticas e assistencialistas, fortalecendo suas funções repressivas. Boron mostra que os estados nacionais não declinam uniformemente em todo o planeta, nem em todas suas funções, mantendo os estados centrais ainda hoje um bom número de formas e funções assistencialistas e democráticas, lockeanas, comparados com os estados mais clara e abertamente repressivos, hobbesianos, da periferia. Os capítulos centrais do livro de Boron são uma leitura imprescindível, uma clara e fundada explicação da crescente polarização e injustiça da ordem global para um número sempre maior de homens, mulheres e crianças do planeta (Boron, 2002)¹.

¹ Poder-se-ia pensar que os estados nacionais hegemônicos sofrem também um declínio, enquanto crescentemente subordinados aos interesses do grande capital, como é cada vez mais evidente na cada vez mais ampla intersecção entre o conjunto de funcionários do estado e do governo dos Estados Unidos e o conjunto de acionistas multi-milionários ou bilionários desses países, e a cada vez mais direta funcionalidade capitalista do estado e do governo dos Estados Unidos manifestada no escândalo Enron, etc. Mas se estes gastos e funções debilitam o caráter assistencialista e democrático do estado, reforçam sua função, e ao que parece seu tamanho burocrático e militar enquanto “junta que administra os interesses comuns do capital”. O Estado se reforça –ou debilita– para melhor servir o capital, não aos seres humanos.

Para H&N o imperialismo declina junto com os estados-nação que o promovem ou padecem.

Vamos do imperialismo moderno ao império pós-moderno, rumo a um mundo interconectado em que a diferença e o antagonismo entre Primeiro e Terceiro Mundo tende a perder sentido: a brecha norte/sul, centro/periferia, diminuiu; chega a ser uma diferença de grau decrescente. Para Boron, Petras, etc., o imperialismo não desapareceu nem declina, senão que tende a se acentuar, e a exação e dominação da periferia pelo centro se torna mais marcada e brutalmente injusta.

Estes críticos, justificadamente indignados por muitas das teses de H&N, por isso mesmo não encontram a paciência para agitar um pouco mais o tubo do caleidoscópio, para passear pelos múltiplos planos da holografia. Assim, deixam de lado a importante afirmação de H&N de que há um sentido no qual o Primeiro e o Terceiro Mundo se confundem (H&N, 2002b: 14-15 e 307). Podemos citar aqui o comentário de Josefina Ludmer, que admite esta observação mas ao mesmo tempo determina seus limites:

Dizem os autores que as divisões espaciais dos três mundos implodiram, de modo que encontramos o Primeiro Mundo no Terceiro, o Terceiro no Primeiro, e o Segundo, quase em nenhuma parte. É certo. Mas as consequências do Império não só são diferentes no Sul e no Norte, senão que podem chegar a ser opostas. Reinstala-se de certo modo uma luta de classes global (entre) os estados nacionais de primeira, segunda ou terceira ordem (Ludmer, 2002).

Ludmer, com razão, atribuiu a H&N um olhar a partir do centro imperial:

Mais miséria e exclusão, menos proteção, ajustes permanentes, dívidas da Justiça; o presente argentino nos mostra essa diferença que os autores *não podem ver a partir dos mundos e línguas de primeira classe* com os quais escrevem (Ludmer, 2002, grifo nosso.)

No entanto, é bom agitar ainda mais o caleidoscópio para apreciar melhor a riqueza que –tal qual um cofre de piratas– o texto de H&N encerra. É notável que H&N não só indicam que o Primeiro Mundo tem suas próprias *favelas* e o Terceiro seus próprios *shoppings, countries*, etc. Além disso afirmam que a polarização de classes em todas essas diferentes regiões tende a aumentar! Refiro-me a essas brilhantes passagens do texto em que, apoiando-se num livro de Mike Davis, descrevem

a crescente segmentação e fortificação das grandes cidades periodicamente arrasadas pela violência, trata-se de Los Angeles, São Paulo ou Cingapura (Davis, 1990; H&N, 2002b: 308-9). Notemos de passagem que contra seus próprios dogmas centrais, H&N utilizam aqui as idéias de “desenvolvimento desigual e combinado”, da dialética, de uma “exterioridade” interior tão palpável como a miséria e as fortificações, exterioridade e dialética que haviam decretado como inexistentes na pós-modernidade.

Em suma, encontramos em H&N a tese da crescente polarização de classes e da crescente injustiça no interior de cada uma das regiões do capitalismo global, junto com a afirmação aparentemente incompatível com ela da diminuição da brecha entre Primeiro e Terceiro Mundo.

Se precisamente o capitalismo estivesse tão globalizado e interconectado como H&N propõem, as teses quiçá não seriam incompatíveis. Em qualquer caso, numerosos indicadores empíricos mostrariam hoje, e bastante eloqüentemente, que a brecha econômico-cultural e o antagonismo imperialista entre Primeiro e Terceiro Mundo aumentam, não diminuem. A propósito, a dívida externa da periferia subdesenvolvida, por mais que se revolva no cofre de *Império*, simplesmente não se encontra nem na extensa descrição global da nova ordem mundial nem nas propostas programáticas do breve capítulo final. Isto é escandaloso, tratando-se de um problema literalmente de vida ou morte para milhões de seres humanos.

Outro aspecto interessante de *Império* que críticos como Petras e Boron poderiam ter considerado mais detalhadamente é que H&N propõem sua nova visão global do Império como uma tendência, como um processo em curso. O livro começa com esta frase: “O império *está se materializando* diante de nossos próprios olhos”. E do mesmo modo em outras numerosas passagens. Por exemplo, quando falam do trabalho imaterial e da transformação dos meios de produção clássicos, exteriores, e sua reabsorção como próteses dos corpos produtivos, também se trataria de tendências (H&N 2002b: 13, 286, 371).

Qual o sentido de minha observação? Em primeiro lugar, as proposições tendenciais não se refutam com alguns poucos fatos empíricos, senão fundando –em teorias e fatos– supostas tendências alternativas, diferentes, vigentes em regiões espaço-temporais suficientemente extensas. E isto é o que fazem bem Boron e Petras, na minha avaliação. Mas neste momento minha observação convida a olhar com mais atenção a pirâmide do poder imperial que H&N propõem no capítulo 13

(H&N, 2002b: 285-289), à qual Petras não faz referência alguma, e Boron somente menciona, mas sem deter-se em seu interessante conteúdo. Lembremos que, no essencial, esta pirâmide de três níveis contém em sua terceira parte superior os dois grandes estados hegemônicos, com os Estados Unidos na cabeça, e os organismos transnacionais como o FMI, o BM, a OTAN. Em seguida, submetida a este nível superior, na terceira parte do meio da pirâmide encontramos a rede de empresas transnacionais, isto é, o mercado global, que por sua vez submete aos demais estados nacionais os mais débeis e/ou periféricos. E finalmente, na base da pirâmide aparece a multidão, supostamente representada por idealizadas ONGs, meios massivos de comunicação e, horror! a Assembléia Geral da ONU.

Pois bem, esta pirâmide representaria para H&N, numa primeira aproximação, a situação planetária atual, empírica, sobre a qual atuação, ou melhor, continuarão atuando cada vez mais as tendências rumo ao império. Advirta-se que a pirâmide é bastante próxima às visões que Petras, Boron e outros marxistas têm da atual ordem mundial. H&N não afirmam ingenuamente que os estados nacionais e o imperialismo já se evaporaram, senão que declinam e começam a transferir funções a agências imperiais. Enquanto isso, remarcam a importante função mediadora que os estados periféricos continuam exercendo para representar simultaneamente seus principais mandantes, as empresas transnacionais, e a suas multidões empobrecidas, as quais, na medida em que ainda possam fazê-lo, insistem H&N, devem continuar disciplinando, enquadrando na idéia de povo, de comunidade nacional responsável e obediente (H&N, 2002b: 286). No mesmo sentido dizem H&N: “[É] extremamente importante que o império utilize seus poderes para manipular e orquestrar as diversas forças do nacionalismo e do fundamentalismo” (H&N, 2002b: 361-362).

É claro, repito, que Boron e Petras não ignoram isto: por isso opõem às tendências postuladas por H&N tendências alternativas e de suficiente alento, empírica e teoricamente fundadas, a modo de refutação da visão dos autores. Mas ao ser sua apresentação das teses de H&N simplificada, o leitor distraído pode acreditar que H&N meramente afirmam a tese ingênua da inexistência atual ou iminente dos estados nacionais, por um lado. Mas por outro, e isto é o mais importante, propor tendências imediatamente sugere, na tradição inspirada em *O Capital* de Marx, a possibilidade de contra-tendências co-presentes que atenuam, desviam ou bloqueiam a tendência principal. E há algo importante neste sentido no livro de

H&N que Boron, Petras e outros críticos tampouco destacam. Trata-se do seguinte. H&N começam no livro delineando os aparatos de comando transnacional, ou antes a produção jurídica globalizante do império. Isto é fortemente castigado por Boron como formalista e idealista, quando a meu juízo é um ponto de partida tão válido como qualquer outro, sob a condição de que o jurídico seja a seguir reintegrado à totalidade material, o que H&N tentam fazer em capítulos seguintes, não importa agora se com êxito ou não (e acompanho Boron em assinalar que a explicação materialista não chega satisfatoriamente, também quando assinala a apologia fortemente ideológica que H&N fazem do constitucionalismo dos Estados Unidos). Na realidade, a ênfase nos aparatos de comando centralizado, global, ou na tendência a constitui-los e legitimá-los juridicamente, é um ponto de partida conveniente se o que se trata de destacar é justamente um dos aspectos que marcariam as diferenças cruciais entre império e imperialismo.

Mas o que me interessa aqui não é realmente isso, senão que há argumentos de H&N, não tão desenvolvidos como mereceriam, no sentido de que uma mais ou menos coerente e completa legitimação jurídica do império é impossível, porque a ebulição produtiva e rebelde das multidões obriga o braço militar do império em formação a intervir constantemente, arrastando o direito a ser uma justificação da emergência da polícia, mais do que o inverso (H&N, 2002b: 35, 52-53, 70). Aqui se adverte no texto de H&N a presença dos três registros lacanianos do real, do simbólico e do imaginário: o império como ordem jurídica global é um fechamento simbólico impossível, incapaz de aprisionar e estabilizar uma multidão real que o excede por todas as partes. Em seu conjunto, conseqüentemente, o império teria algo de um real laciano ausente, impossível.

Isto esclarece um pouco a enigmática tese do império como um vazio, um não-lugar, e a tese de que o mesmo processo de geração do império é também o de sua corrupção.

Voltando à legitimação e viabilidade do império, H&N admitem que ao não ser possível formal-juridicamente, tal viabilidade deve ser conquistada de forma pragmática e híbrida, como a eficácia oportunista, sempre precária, da maquinaria global de biopoder, resultante da combinação –adequada ao conflito do caso– de repressão, persuasão mediante imagens e discursos *mass mediáticos*, produção jurídica *ad hoc*, incorporação ao consumo e à produção

(H&N, 2002b: 52-53). Não se trata, portanto, de uma visão meramente formal-jurídica.

Uma vez mais, estas são figuras do caleidoscópio, planos de holografia não facilmente distinguíveis no texto de outras figuras e planos. Pouco depois de apresentar sua pirâmide do poder imperial, H&N nos oferecem outra imagem, um pouco borrada, não muito explicada, mas suficientemente delineada –a imagem principal talvez, e a qual é destacada por críticos como Petras e Boron: que no processo de declínio dos organismos estatais na pirâmide caminha-se não para uma mistura de formas espaciais, senão para uma hibridação de funções não mais localizáveis. O não-lugar do poder é ou tende a ser diretamente a totalidade do mercado mundial com seus aparelhos, ou melhor, funções transnacionais de comando financeiro, militar, etc., ambos confrontados agora sem mediações estatais à multidão global em efervescência (H&N, 2002b: 292-294).

Alberto Bonnet, um jovem economista marxista, dá um belo título a seu comentário –certamente agudo– de *Império*: “Suponiendo a Neptuno” (Bonnet, 2002). O título deve-se ao fato de que, segundo Bonnet, H&N se confessam incapazes de mostrar qual lugar e qual organismo correspondem ao centro do império, mas supõem –como o astrônomo Leverrier para explicar certos desvios dos cálculos newtonianos de seu tempo– que deve haver algo ali, e em consequência supõem a existência de Netuno, que neste caso seria o mercado mundial e seus aparelhos ou funções de comando globais. Por que haveria de existir algo? Por que não poderia existir um vazio real nesse suposto não-lugar?, pergunta-se Bonnet. Na minha opinião, um dos planos, e não o menos visível da holografia de H&N, afirma precisamente esse vazio real, substituindo neste caso uma ontologia da presença plena por outra da ausência ou da negatividade.

A consequência política desta interpretação merece ser destacada. Não seria a de uma interconexão pacífica e niveladora das multidões no mercado mundial, missão facilmente rebatível, senão esta outra: é possível que antes que as tendências ao império, intrinsecamente instáveis e finalmente impossíveis, se atualizem e, portanto, antes que os estados nacionais e os antagonismos imperialistas acabem de declinar, toda a maquinaria híbrida e precária do biopoder global em formação vá pelos ares pela ação da multidão.

Num recente trabalho sobre “El Imperialismo del siglo XXI”, Claudio Katz, outro influente economista marxista argentino, constata também, do mesmo modo que Boron e Petras, a crescente pertinência do conceito de imperialismo no capitalismo atual. A exaço e domina-

ção da periferia pelo centro são também a seu juízo uma realidade que se exacerba (Katz, 2002)². Nisso, os aportes marxistas do começo do século XX mantêm uma importante atualidade. Mas o que lhe interessa é repensar o outro aspecto que a teoria clássica do imperialismo explicava: não mais a sangria e a submissão da periferia, senão a relação entre as potências centrais, que na visão clássica era de competição, resolvida através da guerra. Esta relação não se dá da mesma maneira hoje. Retomando alternativas que Ernest Mandel havia considerado nos anos 70, caberia perguntar se o predominante hoje é a competição inter-imperialista, por exemplo segundo a hipótese de Petras de um neo-mercantilismo sem guerras entre grandes potências, mas com controle militar e guerras nos territórios periféricos; o clássico “ultra-imperialismo” de Kautsky, hoje revigorado como transnacionalismo do “Império pós-moderno” por H&N; ou o “superimperialismo” consistente no predomínio de uma superpotência não só sobre a periferia senão sobre o resto das grandes potências, quase reduzidas por isso a condição periférica.

Tanto Petras como Boron rejeitam as teses de H&N e afirmam a vigência do imperialismo. Mas com matizes diferenciais. Petras, a partir de sua visão de um neomercantilismo em andamento. No caso de Boron, sua insistência no poder dos Estados Unidos poderia nos fazer pensar numa perspectiva superimperialista. No entanto, fala explicitamente de uma hegemonia, e não de um controle total ou quase-total norte-americano. Katz opina que hoje nenhum dos três modelos lidera predominantemente, muito menos em estado puro. Há uma combinação de tendências concorrencistas, globalizadoras e superimperialistas, que aumenta as desigualdades e a instabilidade do sistema total ao aumentar o número e tipo de atores nacionais, regionais e globais, econômicos, sociais, políticos e militares, e ao se diversificar as relações de competição, instável negociação, conflito. Katz opina que H&N refletem em seu modelo imperial tendências globalizantes de grande importância que operam realmente hoje. Mas as exageram de maneira extrema.

Cabe acrescentar aqui algo aparentemente insignificante, mas na realidade importante. Tanto Petras como Boron usam em algumas ocasiões a expressão “império”. Não se trataria de uma mera variação retórica de “imperialismo” senão, creio, de um reconhecimento, como

2 Claudio Katz, Alberto Bonnet, etc. conformaram o EDI-Economistas de Izquierda, cujo valioso programa econômico socialista para a crise argentina pode ser encontrado em <www.geocities.com/economistas_de_izquierda> (data de acesso 4/10/2002).

o de Katz, da necessidade de pensar o novo, que inclui –mas a isso não se reduz– as tendências globalizadoras não só econômicas e financeiras senão políticas, etc. Isto é, que caberia falar de império com imperialismo (título do artigo citado de Petras), e não, como H&N, de império sem imperialismo. Boron intitulou sua intervenção no primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre “A nova ordem imperial e como desmontá-la” (Boron, 2001). Já nesse texto Boron a empreende brevemente contra *Império* de H&N. No entanto, escreve:

Estamos na presença de um projeto animado pelo propósito de organizar o funcionamento estável e, a longo prazo, de uma ordem econômica e política imperial –um império não-territorial, talvez, com muitos traços novos produto das grandes transformações tecnológicas e econômicas que tiveram lugar desde os anos setenta. Mas império, enfim. Daí nosso radical desacordo com a recente obra de H&N na qual se sustenta a tese não só paradoxal como completamente equivocada do “império sem imperialismo” (Boron, 2001: 47).

Referindo-se ao FMI, ao BM, Boron escreveu alguns parágrafos antes:

Estas são as instituições “supranacionais” e globais que, hoje em dia, constituem o embrião de um futuro governo mundial (Boron, 2001: 47).

Boron parece ter mudado um pouco seu pensamento entre essa intervenção no FSM e seu livro sobre H&N. Porém, aproveitarei ambos os textos como complementares, o de 2002 que enfatiza o imperialismo, e o de 2001 que propõe a fórmula “império com imperialismo”. O risco de ater-se somente ao livro de 2002, na minha opinião, é o de ser persuadidos a rejeitar as idéias de H&N na sua totalidade, sem poder separar o joio do trigo.

Em seu livro sobre *Império* Boron retoma seu pensamento da intervenção no FSM somente parcial e impacientemente, pondo mais ênfase no velho do que no novo da atual ordem mundial:

Estaríamos muito mais próximos da verdade se parafraseando Lênin disséssemos que o império é a “etapa superior do imperialismo” e nada mais (Boron, 2002: 138).

Para concluir esta seção, a visão imperial pós-moderna de H&N revela-se como uma exageração doutrinária, ideológica, de reais tendências à centralização do comando global do capital no econômico-financeiro, no jurídico-político, no cultural. Ao advertir somente estas tendências parciais,

centralizadoras e homogeneizadoras, são desfiguradas a exação imperialista da periferia pelo centro e as relações de competição e hegemonia entre os grandes estados e capitais nacionais. No calor de sua polêmica com H&N, em alguns momentos Boron tende a cometer o erro inverso. Porém, reunindo o melhor de cada pensamento podemos apreciar a importância e a possibilidade de nos aproximarmos da “mistura” concreta das três ou mais tendências –globalistas, concorrencistas e superimperialistas ou hegemônicas– na ordem planetária, como o pede Katz. Se apelamos aos dois textos de Boron aqui cotados, surge a simples e esclarecedora hipótese de que o grau de centralização global, imperial, alcançado, é importante, e que, no entanto, não implica um declínio do imperialismo. Pelo contrário, as agências globais como o FMI, o BM, a OTAN, etc., são principalmente controladas pelo G8, que em seu interior reconhece a hegemonia, mas não o poder absoluto superimperialista, dos Estados Unidos. No interior dessas agências globais é dirimida a competição pelo controle comercial-militar das diversas regiões periféricas, etcetera.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS PRÁTICAS DAS VISÕES EM DEBATE

Gostaria de agora comparar brevemente algumas das consequências políticas práticas que H&N, por um lado, e seus críticos marxistas, por outro, extraem de suas respectivas visões do império ou do imperialismo, ou mais precisamente do império sem imperialismo e do império com imperialismo.

Aproveitando a paráfrase de Lênin por Boron, poderíamos começar dizendo que H&N certamente aceitariam esta outra paráfrase possível: “o império, verdadeira etapa superior do capitalismo”. E como assim se mostrariam, como em vários outros assuntos que mal mencionarei, excessivamente respeitosa da tradição, e em tal sentido dogmáticos e conservadores. Refiro-me a que para H&N, como para Lênin ou ao menos para o leninismo standard, “etapa superior” significa última etapa conducente necessariamente para além do capitalismo. H&N afirmam categoricamente que, dado que o império inevitavelmente decai ao mesmo tempo que emerge, e que inevitavelmente põem em movimento a uma multidão cooperativa e rebelde, o “acontecimento” da revolução advirá com a mesma inevitabilidade; de fato, o comunismo já estaria num estado relativamente avançado de gestação dentro do império (H&N, 2002b: 202, 374). Somente num único momento de maior cautela se permitem atenuar um pouco estas metáforas naturalistas de gestação, bem marxianas, para dizer que o império prepara os cromossomos, não o embrião do comunismo.

Em H&N há muito de novo e valioso, creio, mas também muito vinho velho em odres novos. Por exemplo, como complemento do que parece ser um excesso subjetivista, voluntarista, adquirido em seus anos de “autonomismo” italiano, H&N costumam recair num economicismo bastante tosco, apenas dissimulado pelo fato de que agora se fala de trabalho imaterial, de próteses produtivas, etc. Como assinala Alberto Bonnet, não é de estranhar que ao rejeitar a dialética, o enfoque econômico de H&N mostre-se separado entre autonomismo e regulacionismo estruturalista (Bonnet, 2002). Sem negar que o projeto de um “Marx para além de Marx” pode requerer a recuperação de insuspeitos tesouros teóricos da modernidade em seus primórdios, da pré-modernidade ou de culturas não ocidentais muito diversas, H&N parecem ter se aferrado em sua opção por Espinosa contra Hegel e mesmo contra Marx.

O economicismo de H&N aparece também em sua tese de que a medida que o processo produtivo produz a gradual incorporação e portanto reapropriação dos meios de produção como prolongamentos do corpo individual e coletivo, nos aproximamos gradualmente de um “umbral” para além do qual se produzirá inexoravelmente o “acontecimento”, a revolução (H&N, 2002b: 372).

Voltando às consequências políticas práticas, aquelas que o leitor militante encontra –ansioso depois de 350 páginas de árdua leitura– são, em princípio, antes de mais nada breves e decepcionantes. Pois bem, agitemos o caleidoscópio uma vez mais e digamos, com Alberto Bonnet, que mesmo nesse final telegráfico também nos chega algo simples mas muito importante: se o império é global, o contra-império, a luta da multidão, deve ser igualmente global. Aparentemente, o texto de *Empire* aparecido em fevereiro de 2000 foi entregue à imprensa antes do grande protesto “global” de Seattle em novembro de 1999, em rigor não a primeira jornada de luta mas uma que costuma ser destacada como origem de um novo ciclo de lutas. De modo que o texto de H&N tem um certo caráter preditivo ou pelo menos explicativo não desprezível, mesmo reconhecendo, como já se disse, o caráter parcial da tendência globalizadora da qual se ocupam, e os exageros às vezes delirantes que resultam dessa preferência.

De resto, como mostraram críticos como Boron, Zizek e outros, as propostas programáticas do capítulo final de *Império* são uma mistura de timidez reformista e utopismo impraticável. Cidadania global, salário social universal, e um objetivo estratégico reduzido a propaganda imediata ou mesmo a tendência empírica em curso: a reapropriação

dos meios de produção –correspondentes ao trabalho crescentemente imaterial, como já se disse.

Referindo-se criticamente ao FSM de Porto Alegre, Negri declarou numa entrevista: “Não pode se manifestar contra o G8 dizendo ‘outro mundo é possível’, e depois não praticar coletivamente um êxodo” (Negri, 2001). Negri propõe, por acaso, marchar de Porto Alegre ao Mato Grosso para emular São Francisco de Assis, mesmo com uma fauna pouco amigável de jibóias, tucanos e mosquitos? Num balanço do Segundo FSM publicado na *New Left Review*, Hardt por um lado critica “pela esquerda” a orientação dominante do encontro, hegemonizado por ATTAC-França e pelo PT, mostrando seu programa relativamente estatista, terceiro-mundista, antineoliberal, mas não anticapitalista. Porém, numa passagem posterior, ao se referir à crise argentina e tomar partido pelos piquetes e assembléias populares, e pelo lema de “fora todos”, Hardt mostra que não é possível aqui dar uma saída à crise rompendo com as recomendações do FMI (Hardt, 2002b).

Estamos finalmente, então, diante dos defensores do império capitalista disfarçados de monges comunistas pós-modernos? Evitemos uma vez mais perder a paciência. Em outra entrevista, Negri esclarece que o que cabe fazer é um êxodo massivo, mas não fala do Mato Grosso e seus tucanos, senão que propõe aos homens e mulheres do planeta não tentar reformar nem serem representados no interior do FMI e do BM, e sim uma deserção coletiva, uma ruptura da multidão global com esses organismos (H&N, 2000). E isto já não é delirante, forma parte das discussões táticas e estratégicas de grande parte da esquerda mundial. Pode-se e deve-se romper com o FMI? Essa ruptura pode ser só nacional, ou deve ser ao menos regional ou inclusive global?

Para terminar, de uma visão como a de Claudio Katz, de uma combinação de tendências imperialistas competitivas, globalizadoras e superimperialistas, depreende-se que a luta contra o capitalismo deve ser igualmente combinada: de classes no interior de cada nação, luta antiimperialista de nações e regiões contra os amos do mundo, e também lutas globais contra o “império”. Creio que Boron, Petras e muitos dos marxistas latino-americanos ou amigos de nossa terra concordam com isto, ainda que com matizes diferenciados. Em *Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre* já citado, várias das contribuições se orientam para uma ampla articulação e acumulação destas diversas forças e lutas para a construção paciente e coletiva de um movimento contra-hegemônico, tanto antineoliberal como anticapitalista (Seone e Taddei, 2001).

H&N enumeram os grandes instrumentos de poder do império: o dinheiro, o éter das comunicações, e a bomba (H&N, 2002b: 315 e ss.). No entanto, seu excessivo otimismo leva-os a afirmar delirantemente que “na realidade, nós (a multidão) somos os amos do mundo” (H&N, 2002b: 351), e a profetizar que o império é inevitavelmente a etapa do capitalismo anterior ao comunismo global. Os poderes destrutivos do império seriam finalmente impotentes. Da barbárie engendrada pelo império H&N falam ingênua e metaforicamente, dando-lhe um signo imediatamente positivo e criador (H&N, 2002b: 203). Ao desastre ecológico somente dedicam uma alusão passageira: ainda não se reveste de gravidade crítica (H&N, 2002b: 252). Em compensação, para nós socialistas que debatemos em vinculação com as lutas concretas de nossos povos, talvez a primeira certeza seja a de que se não continuamos articulando nossas forças, a barbárie imperial já instalada, a degradação e a destruição da humanidade e do planeta, que já tem gravidade crítica, podem chegar a ser irreversíveis. Mas a segunda convicção é que a correlação de forças muito desfavorável imposta pela globalização neoliberal parece começar a se reverter, e que vale a pena apostar nosso resto de dignidade na luta contra o neoliberalismo e o capitalismo (Boron, 2001: 32-33, 49, 52-60).

OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE “MULTIDÃO”

H&N receberam abundantes críticas a seu conceito de “multidão”, e reconhecem que muitas são merecidas (H&N, 2002a; Negri, 2001; 2002a; 2002b). Conseqüentemente prometem desenvolver mais o assunto no segundo volume de *Império*.

No entanto, pessoalmente, encontro também na relação com a “multidão” vários casos de críticas um pouco precipitadas e excessivamente hostis, mas não por isso inteiramente injustas. Assim, Boron despacha rapidamente o conceito, atribuindo-lhe não sem razão ser “sociologicamente vazio”. Como muitos outros críticos marxistas, Boron supõe que a multidão esvazia o conceito de classe e de luta de classes. Diante da incerta aplicação empírica do conceito, Boron pergunta a H&N se a multidão inclui os empresários, os trabalhadores, os desempregados, e/ou “os paramilitares e os esquadrões da morte” com os quais o capital sufoca as lutas dos submetidos do Terceiro Mundo (Boron, 2002: 103). Isto é abrupto e um pouco injusto. Se com maior paciência o leitor registra uma suficiente quantidade de aparições do termo “multidão” no livro de H&N, observará que é caracterizada quase invariavelmente, explícita ou tacitamente, por sua rebeldia libertá-

ria, por sua luta de classes, etc., o que *prima facie* as distingue terminantemente dos esquadrões da morte. Por exemplo, lemos em uma das primeiras aparições importantes do termo:

Até poderia se dizer que a construção do império e de suas redes globais é uma resposta às diversas lutas empreendidas contra as maquinarias modernas do poder e, especificamente, à luta de classes impulsionada pelo desejo de libertação da multidão. A multidão deu nascimento ao império (H&N, 2002b: 55-56).

A multidão produtiva é uma e outra vez identificada por H&N com o proletariado (nunca com as forças repressivas ou os esquadrões da morte!) (H&N, 2002b: 71, 151, 364). Ao mesmo tempo, uma razão de ser principal do novo termo é sua diferenciação em relação a “povo” e inclusive também a “classe” (H&N, 2002b: 104-106). Como conciliar tantos empregos diversos e aparentemente contraditórios?

O que muitos críticos não parecem considerar é o duplo nível em que funciona o conceito de “multidão”. Antes de tudo trata-se de um conceito ontológico e antropológico, cuja vigência deve se situar especialmente a partir da revolução humanista renascentista. Segundo H&N, há um primeiro florescimento da modernidade, rapidamente sufocado pelo poder do capital e do Estado, em que os indivíduos se descobrem imanentes à natureza, ao ser, e se proclamam seres livres e autodeterminados, criadores, constituintes de seu mundo social. O conjunto de tais indivíduos que emergem e se descobrem como livres e criativos é a multidão, primordialmente manifestada nas utopias igualitaristas, industrialistas e artísticas de Bacon, Moro, Campanella; na filosofia da imanência e da democracia absoluta de Espinosa. Cedo, contudo, esse florescimento é canalizado, disciplinado pelo capital e pelo estado modernos –uma segunda modernidade ilustrada– que sufoca a imanência autodeterminada mediante a transcendência do estado e a transcendentalidade da razão formal, que se autolimita para não chocar com a religião, o estado e o capital.

Na segunda modernidade ilustrada e disciplinadora a serviço do mercado capitalista, a multidão de indivíduos criativos, potencialmente universal, genérica e cosmopolita, é canalizada e controlada no molde das classes produtivas, submetidas e dos povos nacionais, hostilmente zelosos de seus particularismos. “Classe”, “proletariado”, “povo”, “luta de classes”, “imperialismo”, etc., não se opõem, portanto, a “multidão”, visto que designam transformações históricas desta.

A multidão de produtores cooperativos do “trabalho imaterial”, sob o império pós-moderno em formação, é explicitamente caracterizado por H&N como um “novo proletariado e não uma nova classe operária industrial” (H&N, 2002b: 364). Em suma, o conceito ontológico-antropológico de “multidão” –primeiro nível do conceito– adquire cambiantes modulações históricas empíricas, segundo nível do conceito.

H&N supõem que na transição para o império, a multidão produtiva, cooperativa no trabalho imaterial, afetivo e simbólico, é tão flexível e nômade, tão associativa, criadora por incorporação de saberes e próteses produtivas, que sua “essência” ontológico-antropológica “primigênia” –humanista renascentista– de indivíduos criativos auto-determinados começa a aflorar novamente, a romper o colete de classes e povos, a solapar as formas disciplinares dos estados e de suas fronteiras, etc. de modo que a multidão começa a constituir uma sociedade sem classes nem estado, já sob o império³.

Creio que o que foi dito até aqui basta para corrigir a atribuição ao conceito de “multidão” de uma pura vacuidade de significado e sua fácil associação com um conteúdo de peso ético-político tão negativo como os “esquadrões da morte”. Mas dito isto, as dificuldades do conceito aparecem imediatamente. É evidente que há uma distância importante, não salva teoricamente, entre o sentido ontológico-antropológico do conceito, altamente normativo e idealizador, e seu sentido empírico-histórico, sociológico, etc. Já atribuir ao humanismo renascentista a emergência massiva de semelhante multidão de indivíduos criativos autodeterminados mostra-se uma evidente idealização anacrônica. Na realidade, tudo indica que H&N, que querem que seu herói seja antes Espinosa do que Marx, transladaram de forma caprichosa ao Renascimento o conceito marxiano de “indivíduos livremente associados”, somente concebível pelo materialismo histórico sob condições de propriedade coletiva dos meios de produção, planificação científica e democrática do trabalho e da distribuição, alta produtividade e cultura, no contexto de uma mutação qualitativa e de uma redução quantitativa

3 Aqui aparece uma entre tantas dificuldades da interpretação da história de H&N. Além de que o conceito de pós-modernidade nunca foi claramente definido, senão caracterizado pela acumulação de notas econômicas –eclipse da dialética, etc.–, não está explicado porque a multidão de indivíduos auto-determinados e criativos que aflora na primeira modernidade possa e deva se realizar somente no pós-império, e não numa nova, segunda ou terceira modernidade.

do trabalho, numa palavra sob o comunismo industrial pós-capitalista e não na sociedade proto-capitalista.

O leitor pode acompanhar H&N de bom grado quando narram a história do disciplinamento classista e nacional da multidão, mas as coisas pioram quando se supõe que na transição ao império e sua superação comunista, isto é, diante de nossos olhos, as classes e povos estão recuperando seu ser profundo de multidão de indivíduos livremente criadores. Com efeito, onde estão tais indivíduos e inclusive multidões de indivíduos autodeterminados e nômades, que parece tão difícil vê-los? H&N obviamente não podem exemplificar sua categoria com a maioria de esfomeados, excluídos ou escravos assalariados do capitalismo atual –condenados a não poder efetuar, nem tampouco sequer imaginar ou desejar nomadismo algum– senão somente com uma ínfima minoria de produtores de conhecimento, de arte e comunicadores, de indivíduos que possuem próteses cerebrais como computadores portáteis, próteses visuais como câmaras fotográficas ou video-filmadoras, próteses auditivas como telefones celulares. Tal é a ilustração oferecida por H&N ao descrever o recente protesto global de Gênova, onde tais próteses, com efeito, desempenharam um importante papel para evitar a censura oficial dos meios massivos e difundir imagens e informação veraz sobre o assassinato pela polícia de um jovem manifestante trabalhador (Negri, 2002a). Semelhante importância tiveram para dar a conhecer o espancamento de Rodney King em 1991, que incendiou a rebelião de Los Angeles em 1992, e algo parecido se pode destacar na ocasião do assassinato de dois jovens desocupados “pique-terros” em Buenos Aires em agosto de 2002.

Dado que o conteúdo fortemente normativo e idealizador do conceito de multidão, isto é sua escassa exemplificação atual, e a pouco crível tese tácita de H&N de que a enorme massa de esfomeados, excluídos e explorados esteja a caminho –caminho gradual e visível, supõem, para o cúmulo, H&N– de converter-se em uma multidão de indivíduos livremente criativos, com efeito, o conceito de “multidão” tende a perder conteúdo empírico-sociológico, mas não assim ontológico-normativo.

Uma dificuldade notória de H&N e sua “multidão” aparece a propósito dos desocupados. São escandalosamente ignorados como grupo humano e social até o ponto de ser impossível fazê-lo. Antes disso, H&N –como bem dizem Boron, Ludmer e outros críticos, atribuindo ao planeta o que vêm ou crêem ver a partir do centro do império– nos descrevem uma economia “pós-industrial”, ou de “trabalho imaterial”, e de pleno

emprego! Isto quer dizer que, contra aqueles que afirmam que “multidão” substitui “classe”, a verdade é antes o inverso: a princípio o conceito peca pelo produtivismo e “trabalhismo” –mais precisamente pelo “proletarismo”. Quando finalmente H&N não têm mais remédio do que reconhecer os enormes contingentes humanos excluídos do emprego, que a princípio não se vê que cumpram com os atributos da multidão nômade, livremente criativa e plena de próteses potenciadoras de seus talentos, não atinam mais do que a incorporá-los por decreto à multidão, sem explicação suficiente:

À medida que se dilui a distinção entre produção e reprodução, também se dilui a legitimação do salário familiar. O salário social se estende muito além do âmbito da família à multidão em sua totalidade, inclusive aos desempregados, porque toda a multidão produz e sua produção é necessária do ponto de vista do capital social total (H&N, 2002b: 365).

O que vemos diluir-se aqui são os contornos empíricos do conceito de multidão, que foi estirado para não ficar tão pobre em referentes observáveis. O mesmo acontece em outras duas passagens:

na democracia, toda a sociedade, a multidão em seu conjunto, governa (H&N, 2002b: 176).

uma multidão fluida e amorfa que, certamente, está sulcada por linhas de conflito e antagonismo, ainda que (sem) uma fronteira fixa e eterna (H&N, 2002b: 185).

Nestas passagens, H&N parecem ter oscilado do extremo ontológico-normativo muito restritivo, para se colocar muito próximo do extremo oposto em que “multidão” significa o mero conglomerado empírico de indivíduos, a população. Deste ponto de vista então, cabe reconhecer a pertinência da pergunta de Boron sobre se o conceito abarca as diversas classes sociais, inclusive os paramilitares e os esquadrões da morte.

BIBLIOGRAFIA

- Bellamy Foster, John 2001 “Imperialism and ‘Empire’” in *Monthly Review*, Vol. 53, Nº 7, Dezembro. [Tradução em espanhol publicada no ano de 2000 pela revista *Herramienta* (Buenos Aires) Nº 20].
- Bonnet, Alberto 2002 “Suponiendo a Neptuno. Un comentario crítico de *Imperio*” em *Cuadernos del Sur* (Buenos Aires) Nº 23.

- Em <<http://www.iade.org.ar/iade/Dossiers/imperio/3.8.html>> data do acesso 04/X/2002.
- Boron, Atilio 2001 “El nuevo orden imperial y cómo desmontarlo” em Seoane, José e Taddei, Emilio (comps.) *Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires: CLACSO).
- Boron, Atilio 2002 *Imperio & Imperialismo. Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri* (Buenos Aires: CLACSO).
- Davis, Mike 1990 *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles* (Londres:Verso).
- Deleuze, Gilles e Guattari, Félix 2000 (1980) *Mil mesetas: capitalismo y esquizofrenia* (Valencia: Pre-Textos).
- Hardt, Michael 2002a “Argentina es una inspiración” em *Tres Puntos*, N° 264, 18 de julho.
Em <<http://www.3puntos.com/seccion.php3?numero=275&archivo=264cul01&seccion=archivo>> data do acesso 4/10/2002.
- Hardt, Michael 2002b “Porto Alegre: Today’s Bandung?” in *New Left Review*, N° 14, Março-Abril. Em <<http://www.newleftreview.net/NLR24806.shtml>> data do acesso 4/10/2002.
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2000 “Imperio/éxodo. Un coloquio en línea con Michael Hardt y Toni Negri”. Organizado pela editora Barnes & Noble, texto em inglês disponível em <<http://amsterdam.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-0005/msg00022.html>> data do acesso 4/10/2002. [Versão espanhola em <<http://www.iade.org.ar/imperio/4.9.html>> data do acesso 4/10/2002].
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2002a Entrevista concedida a Nicholas Brown e Imre Szeman em *Cultural Studies*, February, 16. Em <<http://webpages.ursinus.edu/rrichter/frames82.htm>> data do acesso 4/10/2002.
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2002b (2000) *Imperio* (Buenos Aires: Paidós).
- Katz, Claudio 2002 “El imperialismo del siglo XXI”, junho de 2002. Em <www.eltabloid.com/claudiokatz> data do acesso 4/10/2002.
- Ludmer, Josefina 2002 “Una agenda para las multitudes” em *Clarín* (Buenos Aires) 27 de agosto. Em <<http://old.clarin.com/suplementos/zona/2000-08-27/i-00501d.htm>> e em <<http://www.iade.org.ar/imperio/7.3.html>> data do acesso 4/10/2002.
- Marx, Karl 1973 *El Capital. Crítica de la economía política* (México: Fondo de Cultura Económica) Vol. I, II e III.
- Negri, Antonio 2001 “Imperio, multitud, éxodo. Intervención en la Universitá ‘La Sapienza’”, 30 de outubro. Em <<http://www.iade.org.ar/imperio/4.10.html>> data do acesso 4/10/2002.
- Negri, Antonio 2002a “Así comenzó la caída del imperio” em *LATINacoop Europa*, 22 de março.
Em <<http://www.rebellion.org/sociales/negri220302.htm>> data do acesso 4/10/2002.

- Negri, Antonio 2002b “El capital ya no tiene capacidad de dominio” em *Tres Puntos* (Buenos Aires) N° 268, 15 de agosto.
Em <<http://www.3puntos.com/seccion.php3?numero=275&archivo=268eco01&seccion=archivo>> data do acesso 4/10/2002.
- Petras, James 2001 “Imperio con imperialismo”, 29 de outubro.
Em <<http://www.iade.org.ar/imperio/3.9.html>> data do acesso 4/10/2002.
- Seoane, José e Taddei, Emilio (comps.) 2001 *Resistencias mundiales. De Seattle a Porto Alegre* (Buenos Aires: CLACSO).
- Žižek, Slavoj 2001 “Comentario de *Empire*” em *Sueddeutsche Zeitung*. Em <<http://webpages.ursinus.edu/rrichter/hardtrev.htm>> data do acesso 4/10/2002.